

**DIREITO PENAL**

---

**01. Com relação ao direito penal econômico, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Não raro, apresenta elementares normativas nos tipos penais.
  - b) Integra a segunda velocidade do direito penal.
  - c) É compatível com a teoria da imputação objetiva.
  - d) Há tipos de direito penal econômico no Brasil.
- 

**02. O estudo inicial das elementares normativas e do dolo específico apareceu na teoria**

- a) causal neoclássica.
  - b) finalista.
  - c) funcionalista redutora.
  - d) funcionalista sistêmica.
- 

**03. Qual dos princípios penais a seguir NÃO possui previsão expressa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988?**

- a) Legalidade.
  - b) Anterioridade.
  - c) Irretroatividade da lei maléfica.
  - d) Proporcionalidade.
- 

**04. Entre os princípios que auxiliam na solução do conflito aparente de normas penais, qual representa uma relação de *minus e plus*?**

- a) Consunção.
  - b) Alternatividade.
  - c) Especialidade.
  - d) Subsidiariedade.
- 

**05. Assinale a opção em que NÃO há estado de necessidade.**

- a) Antropofagia no caso de pessoas perdidas.
  - b) Furto famélico.
  - c) Destruição de mercadorias de uma embarcação para salvar um tripulante.
  - d) O ato de matar um amigo diante de uma única tábua de salvação, após o naufrágio de um barco, como forma de salvar a própria vida, na noite escura, quando o agente não viu uma ilha que estava próxima.
- 

**06. Sobre o concurso de crimes, assinale a opção INCORRETA.**

- a) É possível o concurso material entre roubo majorado pelo concurso de pessoas e associação criminosa, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
  - b) Não é possível a continuidade delitiva entre roubo e latrocínio, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
  - c) Não é possível o concurso formal entre roubo e latrocínio, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
  - d) O concurso formal imperfeito só se perfaz com dolo direto mais dolo direto, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- 

**07. O erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, segundo a teoria do erro que remete às suas consequências, afasta**

- a) a ilicitude da conduta.
  - b) o dolo da culpabilidade.
  - c) o dolo do fato típico.
  - d) a exigibilidade de outra conduta.
-

**08. Com relação aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção correta.**

- a) O beijo lascivo de um maior em um menor de 14 anos de idade não configura estupro de vulnerável, mas, sim, crime de importunação sexual, segundo o Supremo Tribunal Federal.
- b) O estupro simples não constitui crime hediondo.
- c) Não se admite a continuidade delitiva em crimes de estupro, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Há uma subsidiariedade expressa no preceito secundário da descrição típica do crime de importunação sexual.

**09. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.**

- a) O peculato de uso foi tipificado no Código Penal.
- b) A expressão “funcionário público” foi objeto de interpretação autêntica.
- c) “Sentimento pessoal” constitui elemento do crime de corrupção passiva.
- d) O excesso de exação possui correspondente na Lei n. 8.137/1990, de modo que a lei especial prevalece.

**10. A respeito dos crimes contra a fé pública, assinale a opção correta.**

- a) Admitem a incidência do princípio da insignificância.
- b) O uso de documento falso constitui um tipo remetido.
- c) O falso ideal ou moral possui descrição, para o documento particular e para o documento público, em tipos penais distintos.
- d) O falso intelectual não constitui crime contra a fé pública.

---

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

**11. Sobre a prisão preventiva no processo penal, assinale a opção correta.**

- a) Ao juiz é dada a possibilidade de decretar a prisão preventiva no curso da investigação criminal desde que se trate de crime grave ou que noticie envolvimento de organização criminosa.
- b) A exigência de atualidade de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada, na prisão preventiva, impede que se prenda alguém por fato praticado há mais de cinco anos.
- c) A lei brasileira proíbe peremptoriamente a prisão preventiva para crimes com pena máxima que não seja superior a 4 anos de privação de liberdade.
- d) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

**12. A respeito das nulidades no processo penal, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública ou do defensor dativo sobre os atos do processo gera, via de regra, a sua nulidade.
  - b) A ausência de intimação do defensor dativo sobre a expedição de precatória para oitiva de testemunha não enseja nulidade.
  - c) A nulidade decorrente da ausência de intimação – seja a pessoal ou por diário oficial – da data de julgamento do recurso não pode ser arguida a qualquer tempo, sujeitando-se à preclusão temporal.
  - d) O defensor dativo que declinar expressamente da prerrogativa referente à intimação pessoal dos atos processuais não pode arguir nulidade quando a comunicação ocorrer por meio da imprensa oficial.
-

**13. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida (tribunal do júri), assinale a opção INCORRETA.**

- a) O emprego de algemas deve ser medida excepcional e a utilização delas em plenário de júri depende de motivada decisão judicial, sob pena de configurar constrangimento ilegal e de anular a sessão de julgamento.
- b) As nulidades existentes na decisão de pronúncia devem ser arguidas no momento oportuno e por meio do recurso próprio, sob pena de preclusão.
- c) Eventuais nulidades ocorridas em Plenário do Júri, decorrentes de impedimento ou suspeição de jurados, devem ser arguidas no momento oportuno, sob pena de preclusão.
- d) A leitura em plenário do júri dos antecedentes criminais do réu é proibida, pois o tema não se inclui nos casos apresentados pelo art. 478, incisos I e II, do Código de Processo Penal.

**14. Em relação ao procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A soberania do veredicto do Tribunal do Júri não impede a desconstituição da decisão por meio de revisão criminal.
- b) A soberania dos vereditos impede a cassação da decisão do conselho de sentença ainda que a decisão se apresente manifestamente contrária à prova dos autos.
- c) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- d) É nulo o julgamento quando os quesitos forem apresentados com má redação ou quando forem formulados de modo complexo, a ponto de causarem perplexidade ou de dificultarem o entendimento dos jurados.

**15. No que tange os recursos e das ações autônomas de impugnação no processo penal, assinale a opção correta.**

- a) O efeito devolutivo da apelação criminal não autoriza, sem pedido expresso da parte, o tribunal ordinário a conhecer de matéria não ventilada nas razões recursais, pois isso implica agravar a situação do acusado.
- b) A apresentação extemporânea das razões não impede o conhecimento do recurso de apelação tempestivamente interposto.
- c) A fuga do estabelecimento prisional impede que seja conhecido o recurso interposto pelo réu.
- d) Não se admite o manejo de revisão criminal por réu foragido que frustra a intimação pessoal da sentença condenatória.

**16. Sobre a persecução penal do crime de tráfico de entorpecentes, assinale a opção correta.**

- a) A exigência de comparecimento pessoal para que seja conhecido o pedido de restituição de bem apreendido em investigação de tráfico de entorpecentes contraria a regra de garantia que deriva da presunção de inocência.
  - b) A expropriação de propriedades rurais utilizadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas nos casos em que o proprietário desconhecia essa destinação da área é inconstitucional por violação do princípio da culpabilidade.
  - c) Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência de tráfico ilícito de entorpecente e drogas afins será confiscado.
  - d) No procedimento especial previsto para o crime de tráfico de entorpecentes, observar-se-á o limite de 15 testemunhas numerárias.
-

**17. Em relação ao acordo de não persecução penal, assinale a opção correta.**

- a) Não se admite acordo de não persecução em crimes praticados contra o Poder Público, uma vez que indisponível o interesse público na espécie.
  - b) Proposto o acordo pelo Ministério Público e aceito pelo investigado, devidamente assistido por defensor técnico, o juiz está obrigado a homologá-lo.
  - c) Caso o membro do Ministério Público com atuação perante o juízo singular se recuse, injustificadamente, a propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá pleitear a remessa dos autos ao órgão revisional do próprio Ministério Público.
  - d) Só cabe acordo de não persecução penal nos casos de crimes que igualmente admitam suspensão condicional do processo.
- 

**18. A respeito do procedimento sumaríssimo, assinale a opção correta.**

- a) A composição dos danos civis entre autor de fato e vítima implica a renúncia ao direito de queixa quando o crime é de ação penal privada.
  - b) A composição dos danos civis entre autor do fato e ofendido, nos crimes de ação penal pública incondicionada, implicará arquivamento do termo circunstanciado por falta de interesse processual.
  - c) Não se admite transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo que sejam de iniciativa do ofendido.
  - d) Caso não haja composição dos danos civis nem transação penal perante o Juizado Especial Criminal, não há óbice a que as partes celebrem acordo de não persecução penal.
- 

**19. No tocante à sentença penal, assinale a opção correta.**

- a) A recusa do Ministério Público em aditar a ação penal, quando o juiz verifica o erro na classificação legal do fato atribuída na denúncia, permite que o juiz profira condenação por fato diverso do descrito na peça acusatória.
  - b) Desde que não altere a descrição do fato trazido na peça acusatória, o juiz poderá atribuir a definição jurídica que melhor entenda cabível ao caso, ainda que isso implique a imposição de pena mais grave que aquela pleiteada na acusação.
  - c) Caso a alteração da classificação legal do fato seja corrigida pelo juiz no momento de sentenciar o feito, o Ministério Público pode retirar a acusação e, seguidamente, formular a ação penal correta.
  - d) Na *mutatio libelli*, o juiz pode dispensar a manifestação defensiva antes do juízo de admissibilidade do aditamento promovido pelo Ministério Público, desde que o aditamento não agrave a situação do acusado.
- 

**20. No que se refere às provas no processo penal, assinale a opção correta.**

- a) Nos crimes complexos e de cuja persecução penal o Brasil assumiu obrigações em atos internacionais, será possível, excepcionalmente, a condenação amparada unicamente em elementos colhidos na investigação preliminar.
  - b) São inadmissíveis as provas ilícitas, salvo quando imprescindíveis à elucidação da verdade material.
  - c) Ao juiz é vedado determinar, de ofício, a oitiva de testemunha não arrolada pelas partes.
  - d) A indicação de defeito ou circunstância dirigida à testemunha não implicará sua exclusão, tampouco o afastamento do seu compromisso.
-

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

### 21. Considere as afirmações que se seguem:

- I – Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, mesmo que as partes sejam diferentes.  
II – Não podem ser reunidas ações de execução e de conhecimento relativas ao mesmo ato jurídico, pois não há risco de decisões conflitantes.  
III – Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, a não ser que os juízos perante os quais tramitam tenham competência absoluta diversa.  
IV – A ação real imobiliária deve ser proposta no foro da situação do imóvel, cujo juízo tem competência relativa.

São corretas apenas as afirmações

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I e III.

---

### 22. Considere as seguintes afirmações:

- I – A alienação da coisa litigiosa por ato entre vivos impõe a sucessão do alienante pelo adquirente na relação processual.  
II – Um terceiro pode intervir em processo alheio como assistente quando houver interesse jurídico ou apenas econômico no resultado da demanda.  
III – É possível a limitação do número de litigantes no polo ativo da relação processual, a fim de preservar a duração razoável do processo e/ou o exercício do direito de defesa, mas apenas nos casos de litisconsórcio facultativo.  
IV – A denunciação da lide, nas hipóteses previstas em lei, pode ser promovida tanto pelo autor quanto pelo réu.

São corretas as afirmações:

- a) II e III e IV.
- b) I e II apenas.
- c) III e IV apenas.
- d) I e III apenas.

---

### 23. Assinale a opção INCORRETA.

- a) Havendo vício sanável na petição inicial, é dever do juiz conceder prazo ao autor para a devida correção, inclusive indicando precisamente o defeito a ser sanado.
- b) Em todas as hipóteses de sentença sem resolução do mérito, inclusive no caso de indeferimento da petição inicial, cabe recurso de apelação com possibilidade de juízo de retratação.
- c) Não é possível a cumulação de pedidos se para cada um deles corresponder tipo diverso de procedimento.
- d) Se a sentença de indeferimento da petição inicial transitar em julgado sem a interposição de recurso, o juiz deve determinar a intimação do réu para ciência.

---

### 24. Assinale a opção correta.

- a) É possível a apresentação de reconvenção na própria contestação, mas desde que a pretensão do réu seja exercida apenas contra o autor.
- b) A incompetência absoluta e a relativa devem ser alegadas em contestação, sob pena de preclusão.
- c) Se o réu alegar, na contestação, que não tem legitimidade para integrar o polo passivo, o juiz determinará a intimação do autor, para, querendo, alterar a petição inicial e promover a substituição do réu.

- d) A decisão proferida por ocasião do julgamento conforme o estado do processo deve envolver todas as questões, não sendo possível um pronunciamento que diga respeito a apenas parcela do processo.
- 

**25. Assinale a opção INCORRETA sobre direito probatório.**

- a) Se o juiz designar audiência para organização e saneamento do processo, esse ato será o momento apropriado para as partes apresentarem rol de testemunhas, caso queiram a produção desse tipo de prova.
- b) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não é possível a utilização de interceptação telefônica produzida em processo penal como prova emprestada em ação de improbidade administrativa.
- c) A inversão do ônus da prova, com base nas regras do Código de Defesa do Consumidor, não pode ser feita no momento da sentença, sob pena de violação à garantia do contraditório.
- d) É possível produzir prova documental por ocasião da interposição do recurso de apelação, caso a parte demonstre que não teve acesso aos documentos em momento anterior.
- 

**26. Assinale a opção INCORRETA a respeito de ação rescisória.**

- a) O prazo para a propositura da ação rescisória é de dois anos e sempre será contado a partir do trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir.
- b) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- c) Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o objeto da demanda, quando a decisão apontada como rescindenda tiver sido substituída por decisão posterior.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação rescisória quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.
- 

**27. Sobre os recursos e os procedimentos de competência originária dos tribunais, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente de resolução de demandas repetitivas e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou abandono.
- b) Incumbe ao relator negar provimento, monocraticamente, a recurso que for contrário a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, caso em que não será incabível a interposição de agravo interno para o órgão colegiado, pois são precedentes vinculantes.
- c) Cabe reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.
- d) A desistência dos recursos especiais afetados para julgamento repetitivo não impede que o Superior Tribunal de Justiça decida a questão federal que ensejou a afetação.
-

## DIREITO CIVIL

### 28. Em relação à solidariedade e indivisibilidade das obrigações, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) A solidariedade jamais se presume, pois decorre da lei ou da vontade das partes. A indivisibilidade, que é jurídica, decorre da impossibilidade de fracionar a prestação, seja por questão material, legal ou convencional. É possível que a obrigação seja, ao mesmo tempo, solidária e indivisível, desde que haja pluralidade de sujeitos em um ou ambos os polos.
- b) Se um dos devedores solidários falecer e deixar herdeiros, estes estão obrigados apenas à quota parte que corresponde ao seu quinhão hereditário, salvo indivisibilidade. O mesmo ocorre no caso de falecimento de um dos credores solidários.
- c) Se a prestação se inviabiliza, subsiste a solidariedade. Se a impossibilidade decorre de culpa de um dos devedores solidários, todos terão de pagar o equivalente da prestação e as perdas e danos, sendo que os devedores solidários inocentes poderão cobrar, em regresso, do culpado pelo perecimento ou deterioração culposa da prestação.
- d) Na solidariedade passiva, a propositura da ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários não importa renúncia à solidariedade. É possível a renúncia à solidariedade, mas não por mera escolha do devedor solidário que será demandado, mas de forma expressa e inequívoca. A renúncia não extingue a obrigação, mas o devedor beneficiado pela renúncia à solidariedade responderá apenas pela cota parte, sendo que a solidariedade é restrita aos remanescentes. No caso de solidariedade, a interrupção da prescrição beneficia ou prejudica todos os demais credores ou devedores solidários. A suspensão da prescrição, no caso de solidariedade, tem efeito pessoal, ao contrário da indivisibilidade.

---

### 29. A respeito de contratos, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) No contrato estimatório, o consignante transfere ao consignatário a posse direta, com poder de disposição da coisa em favor de terceiro. Em razão desse amplo poder do consignatário, no caso de perecimento ou deterioração da coisa, este responde pelo fortuito ou força maior.
- b) O contrato de doação é formal, pressuposto de validade, salvo a doação verbal, de natureza real, que será informal, quando verse sobre bens móveis, de pequeno valor e tradição imediata. Em razão da motivação, a doação meritória perde o caráter de liberalidade, tanto que não podem ser revogadas por ingratidão.
- c) É nula, apenas em relação ao excesso, a doação inoficiosa. A nulidade da doação universal visa tutelar o patrimônio mínimo do donatário. A cláusula de reversão constituirá propriedade resolúvel em relação ao bem doado.
- d) A doação de ascendentes a favor de descendentes ou de um cônjuge ao outro importa adiantamento do que lhes caiba na herança, desde que participem da sucessão do doador. Por ser espécie de propriedade *ad tempus*, a revogação da doação por ingratidão não prejudica os direitos adquiridos por terceiros, nem obriga o donatário a restituir os frutos percebidos antes da citação válida, mas, se não puder restituir em espécie a coisa doada, terá de indenizar pelo valor.

---

### 30. Sobre os contratos, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) O comodato e o mútuo são contratos reais, porque somente se constituem (existência jurídica) com a tradição do objeto. No caso do mútuo, o mutuário se torna proprietário do bem mutuado, em razão da fungibilidade do objeto. A transferência da propriedade da coisa também ocorre no depósito de coisas fungíveis.

- b) O depósito é contrato neutro ou bifronte, porque pode ser oneroso ou gratuito a depender da bilateralidade ou unilateralidade de seus efeitos jurídicos. O depósito voluntário para existir juridicamente deve ser por escrito (trata-se de forma prova da existência e não prova solenidade).
- c) O comodatário em mora na restituição da coisa, além de responder pelos encargos da mora, terá de pagar aluguel pena, o que não altera a sua natureza. O comodante poderá ser proprietário ou possuidor. No comodato sem prazo, a rescisão unilateral deverá se submeter à necessidade e à finalidade do uso concedido.
- d) O mútuo feito a pessoa menor, sem autorização do responsável por ele, não pode ser reavido do mutuário, mas apenas de eventuais fiadores ou terceiros responsáveis, desde que maiores e capazes. O mútuo, contrato de efeitos unilaterais, pode ser oneroso ou gratuito.

---

**31. Ainda no tocante a contratos, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A adesão, método de contratação, interfere na fase de negociações preliminares, porque a restringe e, no caso dos contratos civis, haverá nulidade de cláusula que implica renúncia antecipada a direito do aderente.
- b) A cláusula contratual que exclui a cobertura de indenização securitária por embriaguez do segurado não tem eficácia em relação a terceiro vítima do segurado, que será indenizada pela seguradora.
- c) A mora no pagamento do prêmio, por si só, não acarreta perda do direito à indenização securitária, pois é essencial a interpelação judicial ou extrajudicial do segurado para comprovar e cientificá-lo da mora.
- d) Se houver redução considerável do risco no curso do contrato, o segurado poderá exigir a redução do prêmio ou a resolução do contrato. Ao contrário do seguro de dano, no seguro de pessoas, o segurador não pode sub-rogar-se nos direitos e nas ações do segurado ou do beneficiário, contra o causador do sinistro. No seguro sobre a vida de outrem, o proponente está dispensado de declarar o interesse na preservação da vida do segurado, até porque o seguro de vida não está sujeito às dívidas do segurado e não se considera herança para qualquer efeito.

---

**32. Em relação à posse e à propriedade, assinale a opção INCORRETA.**

- a) Os vícios objetivos da posse, para sua caracterização, dependem do modo como são adquiridos juridicamente e repercutem em todos os efeitos da posse.
  - b) Não é possível tutela possessória contra terceiro de boa-fé. O desdobramento da posse, que se relaciona com a teoria objetiva da posse, não se confunde com a posse, porque atuam em planos diferentes. O desdobramento pode decorrer de relação jurídica obrigacional ou real.
  - c) A detenção diferencia-se da posse na teoria subjetiva pelo elemento subjetivo. O possuidor de boa-fé tem direito de retenção, direito às benfeitorias úteis, necessárias e levantar as voluptuárias.
  - d) A usucapião ordinária depende de justo título e boa-fé e o prazo é de 10 anos, mas pode ser reduzido para 5 anos se o imóvel for adquirido onerosamente, com base em título registrado e posteriormente cancelado, desde que estabeleceu no local moradia ou realizou investimentos de interesse social ou econômico. A propriedade resolúvel tem efeito *ex tunc* e a propriedade revogável efeito *ex nunc*, razão pela qual, naquela, os direitos constituídos na sua pendência são extintos e, neste, os direitos constituídos em favor de terceiro são preservados. Na propriedade aparente, tutela-se o sujeito que confiou e acreditou na propriedade, com base na boa-fé objetiva, com sacrifício da propriedade real.
-

**33. Sobre o casamento, assinale a opção INCORRETA.**

- a) O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na isonomia, igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges. As causas suspensivas do casamento não se aplicam à união estável. No caso de menores entre 16 e 18 anos de idade, o casamento depende de autorização dos pais e, no caso de denegação injusta do consentimento, pode haver suprimento judicial.
- b) Os afins em linha reta e na linha colateral até o segundo grau estão proibidos de casar-se. As pessoas casadas, desde que separadas de fato, podem constituir união estável. Os impedimentos matrimoniais aplicam-se à união estável, que a tornam nula.
- c) É anulável o casamento de quem não completou a idade núbil, mas a invalidação deve ser requerida no prazo decadencial de 180 dias, contado para o menor do dia em que perfaz 16 anos e, da data do casamento, quando for requerida pelos seus representantes legais ou ascendentes. O menor que não atingiu a idade núbil poderá, depois que a atingir, confirmar o casamento, com a devida autorização ou suprimento judicial.
- d) Ainda que nulo, o casamento gera todos os efeitos em relação aos cônjuges de boa-fé até a data da invalidação. A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressamente a vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.

---

**34. A respeito de regime de bens, alimentos e usufruto dos bens dos filhos menores, assinale a opção INCORRETA.**

- a) É possível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões e ressalvados direitos de terceiros, mesmo em relação a casamentos realizados antes do Código Civil de 2002.
- b) No regime da separação legal/obrigatória, os aquestos comunicam-se, desde que haja esforço comum. Estão excluídos do usufruto e da administração dos pais, em relação aos bens dos filhos menores, os bens que aos filhos couberem na herança, quando os pais forem excluídos por indignidade da sucessão.
- c) Nenhum dos cônjuges poderá, sem autorização do outro, salvo no regime da separação convencional de bens, prestar fiança ou aval. Praticados esses atos sem vênua conjugal, o prejudicado, de forma isolada, poderá requerer a invalidação total da fiança e do aval, até dois anos depois de terminada a sociedade conjugal.
- d) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Sendo várias as pessoas obrigadas, todas devem concorrer na proporção de seus recursos, de forma solidária, com possibilidade de regresso.

---

**35. Em relação ao direito das sucessões, analise a situação hipotética que se segue.**

**A casou-se com B no ano de 2010 no regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, tiveram 4 filhos: G, H, I e F. Antes do casamento, A tinha patrimônio de R\$ 1.000.000,00, cuja origem era o trabalho de A. Durante o casamento, o casal não adquiriu bens. Em 2021, A faleceu e deixou apenas o patrimônio de 1 milhão, que já possuía antes do casamento.**

Assinale a opção correta com base na situação hipotética.

- a) Os bens do falecido A serão divididos, de forma igual, em quatro partes, para cada um dos filhos.
- b) Os bens do falecido A serão fracionados em duas partes, pois R\$ 500.000,00 será entregue ao cônjuge sobrevivente a título de meação e a outra metade, herança, será dividida em partes iguais entre os quatro filhos.

- c) A viúva B terá direito a 25% dos bens a título de herdeira concorrente e o restante, 75%, será dividido em partes iguais entre os quatro filhos.
  - d) O valor será dividido em partes iguais entre os quatro filhos e a cônjuge sobrevivente, portanto a herança será dividida por cinco.
- 

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

**36. Sobre o fenômeno da mutação constitucional, julgue os itens a seguir.**

**I – Esse fenômeno é um meio informal de se alterar a Constituição sem se modificar seu texto formal.**

**II – Esse fenômeno é uma manifestação do poder constituinte difuso, entendido como aquele voltado à alteração do significado e do alcance dos enunciados normativos constitucionais, para adaptá-los à nova realidade social.**

**III – O STF admite o uso da mutação constitucional como fundamento da interpretação judicial em sede de controle difuso.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
  - b) Apenas o item III está correto.
  - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
  - d) Todos os itens estão corretos.
- 

**37. A respeito das normas constitucionais, julgue os itens subsequentes.**

**I – Toda norma constitucional goza de eficácia jurídica.**

**II – Normas de eficácia plena independem de regulamentação para surtirem efeitos.**

**III – Normas de eficácia limitada têm eficácia plena, mas sua eficácia pode ser restringida.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
  - b) Apenas o item III está correto.
  - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
  - d) Todos os itens estão corretos.
- 

**38. Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os seguintes itens.**

**I – Constituição superveniente torna inconstitucionais leis anteriores com ela conflitantes.**

**II – Uma vez aprovada proposta de emenda constitucional pelo Congresso Nacional em exercício do seu poder constituinte derivado reformador, não haverá sanção ou veto pelo presidente da República.**

**III – Norma anterior não será recepcionada se sua forma não for mais admitida pela Constituição superveniente, ainda que seu conteúdo seja compatível com esta.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
  - b) Apenas o item II está correto.
  - c) Apenas os itens II e III estão corretos.
  - d) Todos os itens estão corretos.
-

**39. Com base no texto constitucional, a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelos seguintes princípios, EXCETO:**

- a) prevalência dos direitos humanos.
- b) solução pacífica dos conflitos.
- c) repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) armamento.

---

**40. Ao tratar dos princípios fundamentais, a Constituição Federal estabelece, em seu art. 1.º:**

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.